



EDITORIAL

O final do século 20 apresenta uma situação de paradoxo no tocante à criação e concepção do *espaço público* na cidade brasileira. Se de um lado são produzidos em quantidade logradouros dos mais diferentes tipos e finalidades, frutos de uma demanda em crescente ascensão, por outro lado observa-se um oportunismo e uma quase total falta de planejamento na sua implantação e formalização.

São comumente encontrados espaços, cujo tratamento espacial e a adequação funcional são totalmente equivocados e que não possuem nenhum projeto paisagístico, totalmente desvinculados das necessidades locais, tanto do ponto de vista funcional como do morfológico.

Este fato se dá, apesar da grande experiência projetual do paisagismo nacional, devido principalmente ao não engajamento de profissionais realmente especializados e da total falta de prioridade qualitativa que em geral se atribui a investimentos de tal tipo.

Estas posturas variam de cidade a cidade, de acordo com tendências políticas locais, que podem ou não privilegiar a construção de espaços públicos e que dificilmente possuem um planejamento do seu sistema de áreas livres.

A ausência de planejamento de áreas verdes é uma regra e infelizmente quase uma tradição, e as exceções são muito poucas como o caso de *Brasília* ou *Palmas*, cidades planejadas ou de *Curitiba*, de longa tradição urbanística e que a partir dos *anos 70* investe maciçamente na construção de um sistema de áreas verdes de porte, construindo uma série de projetos de vanguarda, que obedecem uma ordenação predeterminada.

Uma cidade paradigma, como o *Rio de Janeiro*, detentora dos mais importantes conjuntos de parques e praças do país, apesar dos constantes investimentos em tais tipos de logradouro, não possui ainda um plano efetivo de áreas verdes a ser seguido e os logradouros existentes de porte e alta qualidade são frutos de políticas parciais de embelezamento e organização urbana.

Existe uma diferença expressiva no tratamento e manutenção dos espaços públicos, já que o casuísmo eleitoral tradicionalmente rege a transformação e manutenção destes logradouros. Nos anos de eleições têm-se por parte de muitas administrações ações de projeto e reforma em praças e parques, que são equipados, limpos e ajardinados, dando o aspecto de progresso e eficiência administrativa, aspecto este totalmente alterado nos anos pós-eleitorais, quando a maioria de tais logradouros se apresenta descuidada ou decadente.

As exceções observadas em geral são aqueles parques e praças localizados em áreas centrais ou em bairros de elite, nos quais se observa um estado mais constante de manutenção, especialmente naqueles mais situados nos subúrbios e áreas ricas e mesmo nestas áreas não é incomum o abandono e o descaso com tal tipo de logradouros.

As mudanças e transformações radicais são também um fato comum, cada novo administrador desejando colocar sua marca em um espaço público significativo, seja pela implantação de uma simples escultura, ou pela construção de um novo projeto, que destrói totalmente o anterior, muitas vezes de alta qualidade.

Observa-se a substituição de projetos de qualidade, contendo árvores centenárias, por outros que dispensam totalmente a vegetação-esplanadas secas, o ajardinamento amador, a substituição de equipamentos antigos e poéticos por outros da moda e assim por diante, constituindo tal tipo de espaços em um verdadeiro mostruário de vanguardas e "novidades" estas muitas vezes arranjos formais bastante simplórios.

Este número da revista traz de novo a discussão dos espaços públicos, suas figurações e formações e usos, especialmente nos textos de Erika Audet de Almeida, Ana Rita de Sá Carneiro e Marccus Vinícius Alves sobre a evolução dos jardins botânicos, de Décio Rigatti, sobre as formas de transformação e invasão dos espaços livres do conjunto Rubem Berta em Porto Alegre e de Solange Aragão e Carlos Alberto S. Filho sobre os espaços das vilas paulistanas.

As questões mais amplas relativas à paisagem urbana são desenvolvidas por Angelo Serpa, Maria Angela Faggin P Leite, Maria da Glória Lanci da Silva e Eduardo Yázigi, tradicionais colaboradores da revista e introduzimos a questão ambiental no texto sobre os ecossistemas costeiros brasileiros, sua fragilidade e os reflexos da urbanização sobre eles no texto de Silvio Soares Macedo.

A revista neste número também apresenta o seu primeiro caderno em quatro cores, obedecendo a um projeto de qualificação e modernização gráficas, que pretendemos incrementar nos próximos números.

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo
Editor